

DOI: <https://doi.org/10.5902/2236672590499>

Construindo a hegemonia no Oeste da Bahia: reflexões sobre a trajetória das estratégias discursivas do bloco dos baiúchos (2008-2022)

Building hegemony in Western Bahia: reflections on the trajectory of the baiúchos block's discursive strategies (2008-2022)

Construire l'hégémonie à Bahia occidentale: réflexions sur la trajectoire des stratégies discursives du bloc baiúchos (2008-2022)

Construyendo hegemonía en el Oeste de Bahía: reflexiones sobre la trayectoria de las estrategias discursivas del bloque baiuchos (2008-2022)

 **Liza Uema**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

 **Jorge O. Romano**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Resumo

Com o aporte da Teoria do Discurso e da Análise dos Marcos Interpretativos, este artigo traz resultados da análise das estratégias discursivas do bloco dos “baiúchos” (“bairanos” + “gaúchos”) no Oeste da Bahia, para construção de sua hegemonia, no período entre 2008 e 2022. O Cerrado baiano, historicamente ocupado por comunidades tradicionais, ao experimentar, em finais de 1970, a revolução verde conformada com a chegada de produtores sulistas “gaúchos”, vivenciou a uma profunda reconfiguração agrária, social, cultural e ambiental que foi acompanhada de grilagem de terras, violências e expulsões. O processo de desterritorialização e degradação socioambiental se exacerba no século XXI com a legalização do desmatamento e da retirada das águas, incentivada pelo Estado, visando à ampliação da fronteira agrícola do Matopiba. A análise da trajetória das estratégias discursivas do bloco dos “baiúchos” demonstra a eficácia na construção de sua hegemonia nos territórios e na sua influência, em âmbito nacional e internacional, ao conseguir articular suas demandas à identidade de “quem mais preserva o meio ambiente”, principalmente por meio de intervenções educativas junto a comunidades tradicionais de Fecho de Pasto e de sua habilidade de converter o desmatamento e a apropriação das águas em política de Estado.

Palavras-chave: Teoria do Discurso; Estratégias discursivas; Hegemonia; Agronegócio; Oeste da Bahia.

Abstract: With the contribution of Discourse Theory and the Analysis of Interpretative Frameworks, this article brings results from the analysis of the discursive strategies of the “baiúchos” block (“baianos” + “gaúchos”) in Western Bahia, to build their hegemony, in the period between 2008 and 2022. The Bahian Cerrado, historically occupied by traditional communities, when experiencing, in the late 1970s, the green revolution resulting from the arrival of southern “gauchos” producers, experienced a profound agrarian, social, cultural and environmental reconfiguration which was accompanied by land grabbing, violence and expulsions. The process of deterritorialization and socio-environmental degradation is exacerbated in the 21st century with the legalization of deforestation and water withdrawal, encouraged by the State, with the aim of expanding Matopiba's agricultural frontier. The analysis of the trajectory of the discursive strategies of the “baiúchos” block demonstrates the effectiveness in building their hegemony in the territories and in their influence, nationally and internationally, by being able to articulate their demands to the identity of “those who best preserve the environment” , mainly through educational interventions with traditional communities in Fecho de Pasto and their ability to convert deforestation and water appropriation into State policy.

Keywords: Discourse Theory, Discursive strategies, Hegemony, Agribusiness, Western Bahia.

Résumé: Avec la contribution de la Théorie du Discours et de l'analyse des cadres interprétatifs, cet article apporte les résultats de l'analyse des stratégies discursives du bloc « baiúchos » (« baianos » + « gaúchos ») à Bahia occidentale, pour construire leur hégémonie, dans le période comprise entre 2008 et 2022. Le Cerrado bahianais, historiquement occupé par des communautés traditionnelles, lorsqu'il connaît, à la fin des années 1970, la révolution verte issue de l'arrivée des producteurs « gauchos » du sud, connaît une profonde reconfiguration agraire, sociale, culturelle et environnementale qui s'est accompagnée d'accaparement de terres, de violences et d'expulsions. Le processus de déterritorialisation et de dégradation socio-environnementale est exacerbé au XXI^e siècle avec la légalisation de la déforestation et du prélèvement d'eau, encouragés par l'État, dans le but d'élargir la frontière agricole de Matopiba. L'analyse de la trajectoire des stratégies discursives du bloc « baiúchos » démontre l'efficacité dans la construction de leur hégémonie sur les territoires et dans leur influence, au niveau national et international, en étant capable d'articuler leurs revendications à l'identité de « ceux qui préservent le mieux ». l'environnement », principalement à travers des interventions éducatives auprès des communautés traditionnelles de Fecho de Pasto et leur capacité à convertir la déforestation et l'appropriation de l'eau en politique de l'État.

Mots-clés: Théorie du Discours, Stratégies discursives, Hégémonie, Agro-industrie, Bahia occidental.

Resumen: Con el aporte de la Teoría del Discurso y el Análisis de Marcos Interpretativos, este artículo trae resultados del análisis de las estrategias discursivas del bloque “baiúchos” (“baiúchos” + “gaúchos”) en el Oeste de Bahía, para construir su hegemonía, en el período comprendido entre 2008 y 2022. El Cerrado bahiano, históricamente ocupado por comunidades tradicionales, al vivir, a fines de la década de 1970, la revolución verde resultante de la llegada de los productores gauchos del sur, experimentó una profunda reconfiguración agraria, social, cultural y ambiental que estuvo acompañada de acaparamiento de tierras, violencia y expulsiones. El proceso de desterritorialización y degradación socioambiental se exagera en el siglo XXI con la legalización de la deforestación y la extracción de agua, incentivada por el Estado, con el objetivo de ampliar la frontera agrícola de Matopiba. El análisis de la trayectoria de las estrategias discursivas del bloque “baiúchos” demuestra la efectividad en la construcción de su hegemonía en los territorios y en su influencia, nacional e internacional, al poder articular sus demandas a la identidad de “quienes mejor preservan” el medio ambiente”, principalmente a través de intervenciones educativas con comunidades tradicionales de Fecho de Pasto y su capacidad para convertir la deforestación y la apropiación del agua en política de Estado.

Palabras clave: Teoría del Discurso, Estrategias discursivas, Hegemonía, Agronegocios, Oeste de Bahía.

Introdução

Valendo-nos das contribuições da Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe (1987) e da abordagem dos marcos interpretativos de Snow e Benford (1988) e Galván (2012), neste artigo procuramos compreender como o bloco dos “baiúchos” (a aliança entre o Estado e atores do agronegócio “bairanos” + “gaúchos”) empreendeu as suas estratégias discursivas para a construção da hegemonia no contexto de disputa pela água e territórios no Oeste da Bahia, no período entre 2008 e 2022¹.

Rico em nascentes, veredas e cachoeiras exuberantes, o Cerrado baiano historicamente foi ocupado por comunidades tradicionais cujo modo de vida é dependente da convivência com essas águas para a sua (r)existência e manutenção de sistemas tradicionais de extração de frutas nativas e da solta do gado nas extensas áreas de uso comum: os Gerais. Em finais de 1970, com a revolução verde e os projetos de desenvolvimento da modernização capitalista conformadas com a chegada de produtores sulistas “gaúchos” deu início a uma profunda reconfiguração agrária, social, cultural e ambiental, acompanhada de crimes e violências, como grilagem de terras, expulsões e assassinatos. Contudo, é no século XXI que os Gerais e sua população experimentam com mais intensidade o avassalador processo de desterritorialização e degradação socioambiental, como morte de nascentes, diminuição e envenenamento das águas dos rios, ameaças e novas formas de grilagem, com a substancial legalização do desmatamento e da retirada das águas, incentivada pelo Estado, visando à ampliação da fronteira agrícola do Matopiba².

Considerando que esses processos jamais ocorreram sem a reação das populações impactadas, observa-se a exacerbação dos conflitos em curso, em que a água passa cada vez mais a se configurar como elemento central, já que é este o “recurso” natural que permite multiplicar o lucro do agronegócio.

Buscando observar como se desenvolve a conformação do bloco hegemônico³ – o qual denominamos como “bloco dos baiúchos” – e sua importância entre os grupos do mundo rural brasileiro situados no “andar de cima”, a análise busca compreender as estratégias discursivas desse grupo dominante para a construção da hegemonia a partir de sua relação

¹ A análise detalhada sobre o processo de construção hegemônica por meio de estratégias discursivas pode ser encontrada em Uema (2024).

² MATOPIBA é a sigla formada pelo acrônimo dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, que dá nome à delimitação, pela Embrapa, de uma área de 73,07 milhões de hectares de Cerrado nos quatro estados. Por serem planas e extensas, com solos potencialmente produtivos, adequada pluviometria e clima propício e com elevada intensidade de sol, essas áreas apresentam as características consideradas essenciais para a agricultura moderna (Embrapa, 2017). Concebido como uma das “tábuas de salvação” no enfrentamento dos impactos sobre o Brasil da crise financeira internacional de 2008, o MATOPIBA foi institucionalizado em maio de 2015. Nos últimos dez anos, a produção de grãos na área aumentou 93%, passando de 18 milhões de toneladas na safra 2013/14 para as atuais 35 milhões de toneladas em 2022/23 (Brasil, 2023).

³ Para Gramsci, um bloco histórico é precisamente a união do conteúdo estrutural material à forma ético-política (Gramsci, Cuadernos, III, 2000), que jamais se dá de forma espontânea ou linear, mas que é mediada politicamente e contraditória. Assim, o bloco histórico seria a construção político cultural de uma formação hegemônica que institui uma visão do mundo correspondente à direção da classe social que já é fundamental no nível econômico. Os intelectuais orgânicos ocupariam o papel de “soldadores” desse novo bloco (Campione, 2007).

íntima com o Estado, com velhos atores políticos tradicionais e com o capital financeiro internacional.

Assim, num primeiro momento, trazemos elementos da Teoria do Discurso e da abordagem dos Marcos Interpretativos, que fundamentam a nossa metodologia de análise. Em seguida, situamos o Cerrado baiano com as transformações que sofreu a partir da chegada de produtores gaúchos como atores centrais do desenvolvimento do agronegócio na região em sua articulação com o Estado. No ponto seguinte, no contexto da construção do MATOPIBA como a “última fronteira agrícola”, trazemos a nova articulação do bloco dos baiúchos com o capitalismo financeiro. Por fim, abordamos os elementos centrais de análise das formações e estratégias discursivas do bloco dos baiúchos seguido das considerações finais.

O olhar da Teoria do Discurso e a abordagem dos Marcos Interpretativos

A emergência de reivindicações pautadas por demandas em torno de novas identidades, a partir da década de 1970, nos países da periferia capitalista, complexificou o avanço da democracia em um contexto de crise das sociedades ocidentais. Essa instabilidade veio acompanhada de outra crise nos marcos teóricos e conceitos referentes às lutas políticas e aos agentes de transformação social em abordagens essencialistas, economicistas, institucionalistas e, principalmente, em correntes marxistas clássicas. Esse contexto político e identitário exigia novas ferramentas teóricas e práticas, dentre as quais abordagens que focalizassem a “ação coletiva”, suas características e condições de possibilidade e o “como” se constroem as “identidades coletivas” em uma sociedade dinâmica e complexa.

Assim, a partir da releitura de Gramsci, considerando que os antagonismos não são restritos a disputas pelos meios de produção, mas abertos a outras dimensões simbólicas e relacionais do viver e da produção social, é que Ernesto Laclau e Chantal Mouffe desenvolvem a Teoria do Discurso⁴ no campo da construção política de novas identidades sociais e da produção de novas ideologias. A Teoria do Discurso consiste numa ferramenta que permite compreender o social e o político a partir do entendimento da construção de ordens discursivos, em que o poder é constituidor e organizador das relações sociais (Laclau e Mouffe, 1987). Com a Teoria do Discurso, Laclau e Mouffe buscavam dar conta de dois objetivos: superar as limitações que a abordagem classista das lutas políticas enfrentava a partir da diversidade de atores, movimentos e matrizes ideológicas que caracterizam as sociedades contemporâneas e desenvolver ferramentas conceituais capazes de ajustar-se às articulações contingentes e conotativas dos discursos políticos. Assim, a singularidade dos padrões de desenvolvimento, de dominação e de exploração vividos nas periferias do mundo capitalista não se submetiam às categorias impostas pelos centros hegemônicos, que reduzem processos e identidades periféricas ao “desvio”, ao “arcaico” ou ao “incompleto” (Laclau e Mouffe, 1987).

⁴ A *Discourse Theory* tem como marco fundador a publicação, em 1985, do livro *Hegemony and Socialist Strategy. Towards a Radical Democratic Politics* e posteriormente aprofundada no que se denominou Escola de Essex, em referência à constituição de um grupo de pesquisa e linha de pós-graduação no curso de ciência política da Universidade de Essex, na Inglaterra.

Para Laclau e Mouffe, a realidade não pode ser apreendida diretamente, mas torna-se inteligível apenas por meio de "mediações discursivas". Nesse sentido, o discurso é mais que palavras, ele articula palavras e ações a fim de construir sentidos que vão disputar espaço no social, ou seja: discurso é tudo que tem significado social, como ações, performances, falas e imagens. Como ato comunicacional, não é a simples soma de palavras, mas uma consequência de articulações concretas que unem palavras e ações, individuais e coletivas, que têm tanto natureza material como não mental e/ou ideal, e que produzem sentidos. Assim, o significado da realidade é construído **discursivamente** e, dessa forma, todas as ações possuem um significado que é construído no campo discursivo, não havendo então uma separação entre discurso e prática – daí a noção de “prática discursiva”, uma vez que quaisquer ações empreendidas por sujeitos articulados em identidades e/ou grupos sociais são ações significativas (Laclau e Mouffe, 1987).

Nesse marco teórico, as identidades coletivas estão sempre relacionadas à criação de um “nós” que só pode existir a partir da demarcação de um “eles”. Segundo Mouffe (2014), o que confere identidade a um discurso político é a estruturação de um “outro” em oposição a quem se afirmar – o “nós”, e a identidade é constituída então a partir dessa diferença, que demarca o outro – o “eles” - como o seu “exterior constitutivo”. Em outras palavras, a construção de uma identidade só se efetiva em antagonismo a uma outra identidade.

O antagonismo, por sua vez, é inerente ao político e revela as posições diversas da sociedade, em que o significado social, em alguma medida, é sempre contestado e não pode ser completamente estabilizado. Assim, as disputas de narrativas presentes no contexto democrático remetem a uma confrontação entre diferentes práticas e projetos antagonônicos, e as questões políticas sempre irão envolver escolhas entre alternativas de sociedade que muitas vezes são opostas (Laclau e Mouffe, 1987).

O discurso político presente nas narrativas, performances e ações em disputa pela hegemonia tem a virtude e o poder de articular essas identidades múltiplas e contingentes dos sujeitos, reconfigurando-se as por meio da construção do “senso comum” sobre um problema, ao ser capaz de auferir seguidores e apoiadores desse discurso. A hegemonia corresponderia, assim, ao momento em que uma identidade assume temporariamente a representação de uma totalidade, e um discurso hegemônico é essencialmente um discurso aglutinador, sistematizador de unidade e de representação das diferenças (Laclau e Mouffe, 1987).

Dessa forma, a hegemonia, para Laclau e Mouffe, em sua leitura de Gramsci, significa reconhecer que uma ordem social é uma articulação contingente de relações de poder que carece de um fundamento racional último ou de um destino natural já dado. Em toda sociedade, as visões e narrativas sobre ela, ou sobre dimensões dela, como os sistemas agroalimentares, a visão do mundo rural, são sempre produto de uma série de práticas hegemônicas que criam uma determinada ordem em um contexto contingente.⁵

⁵ Para Gramsci, a hegemonia, é o momento máximo de desenvolvimento de uma força social, em que se consegue a consciência de que os próprios interesses corporativos, no seu desenvolvimento atual e futuro, ultrapassam o círculo empresarial, um grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se interesses de outros grupos subordinados, (GRAMSCI, Cadernos V, 2000). Para Mouffe (2014), Balsa (2006) e Galván (2012), a hegemonia em Gramsci compreenderia as tentativas bem-sucedidas da classe dominante em usar sua

Com isso, um discurso hegemônico é essencialmente aglutinador, sistematizador e um discurso de unidade de diferenças. Quando determinada identidade passa a representar múltiplos elementos, ela se torna hegemônica. Para que exista hegemonia, é necessário que se estenda uma **cadeia de equivalências** da articulação entre esses elementos. A constituição de uma cadeia de equivalências ocorre pela aglutinação de diferentes demandas em torno de uma delas: o **ponto nodal** dessa cadeia. Este, por sua vez, passa a ter potencial para funcionar como um **significante vazio** na medida em que perde sua singularidade originária para significar todo o conjunto de demandas (Laclau 2009). Já os **significantes flutuantes** são aqueles que, pela sobredeterminação inevitável de seu sentido, podem ser deslocados de um discurso original e que na disputa política pela hegemonia passam a ter o seu significado reapropriado e ressignificado por outro discurso concorrente, adquirindo nova identidade e transformando, da mesma forma, a totalidade do novo discurso (Laclau, 1993)⁶.

Em termos metodológicos, Balsa (2006) propõe avançar na análise das regularidades que compõem as cadeias de equivalência recuperando as noções de **formação discursiva** e **estratégia discursiva** de Michel Foucault (1986). Essa ideia também foi compartilhada por Laclau e Mouffe (1987), ao afirmarem que a formação discursiva implica numa “regularidade na dispersão”. Dentro da conceituação de Foucault, os discursos formam sistematicamente os objetos sobre os quais falam. A classe dos objetos e as regras que definem o regime de sua formação caracterizam uma formação discursiva.

A eficácia interpelativa de uma **formação discursiva** fica evidente na medida em que seus locutores possuem o mesmo horizonte de objetos, constroem mundos discursivos com os mesmos objetos, ou seja, desenvolvem as mesmas práticas discursivas sem ter consciência disso. Assim, essa base objetual comum permite, dentro de si, a emergência de discursividades opostas: essas, por sua vez, seriam as **estratégias discursivas**. Cada estratégia discursiva constrói uma teorização diferente, apesar de compartilhar uma base objetual comum com outras estratégias que possuem significados sociopolíticos diferentes e até antagonísticos. Portanto, o sentido político da hegemonia de uma formação discursiva não é fixo, mas está sempre aberto à forma como os objetos são articulados por cada estratégia discursiva (Balsa, 2006). Já o enfoque da metodologia da análise dos Marcos Interpretativos (*Frame Analysis*) destaca os elementos culturais e ideológicos presentes na ação política, já que é por meio destes que uma ‘injustiça’ se converte em objeto de uma interpretação que a descreve como problema e chama à mobilização para conseguir uma solução. Essa interpretação é nada mais que uma ‘construção’, uma vez que outorga a elementos da vida cotidiana um significado político, incorporando-os ao conflito.

É nesse sentido que os pesquisadores dessa metodologia destacam que as questões do significado estão no núcleo da ação coletiva. Para Snow e Benford (1988), a análise dos Marcos Interpretativos permite compreender os processos de construção de sentidos e crenças comuns que levam os grupos sociais à ação coletiva. Dessa forma, as análises dos ‘marcos’ para a ação coletiva nos permitem desvendar os meios pelos quais um determinado grupo ou movimento social gera, produz e eventualmente impõe esquemas de atribuição de

liderança política, moral e intelectual para impor sua visão de mundo como inteiramente abrangente e universal, e para moldar os interesses e as necessidades dos grupos subordinados.

⁶ A apropriação e ressignificação de noções como “sustentabilidade” e “proteção do meio ambiente” são exemplos de significantes flutuantes na análise do discurso dos baúchos em suas disputas pela hegemonia.

sentido político à realidade, orientados a promover, assim, uma mobilização política (Galván, 2012).

Em nossa análise política das estratégias discursivas do bloco dos baiúchos, procuramos articular o olhar da Teoria do Discurso com a construção dos marcos interpretativos a partir do modelo proposto por Íñigo Errejón Galván (2012). Este modelo consiste na identificação e na construção dos marcos que compõem os discursos em três operações de análise: o marco de diagnóstico, quando se identifica uma situação como intolerável e inscrita numa injustiça maior; o marco de prognóstico, quando se assinala tanto a possibilidade de solução dos problemas e injustiças identificados no marco de diagnóstico como a demarcação de um sujeito coletivo, um “nós”, em oposição a um “eles”, que será o protagonista legítimo da ação; e o marco de motivação, o chamado para a mobilização e a ação coletiva, por meio da dimensão simbólica e emotiva, com o uso de imagens e vocabulários que contribuem para enaltecer a identidade do “nós” como protagonistas da ação para alcançar um projeto político plausível.

O modelo de marcos interpretativos proposto por Galván (2012) foi especificamente utilizado para as análises sobre temas e demandas centrais identificadas nos discursos do bloco dos baiúchos para cada período analisado: Meio Ambiente; Água; Defensivos Agrícolas; Agricultura Familiar Irrigada; Projeto de Recuperação de Nascentes; Educação; Bahia Farm Show; Segurança no campo e Pandemia da Covid-19⁷. A seguir, apresentamos o modelo de quadro de Marcos Interpretativos proposto por Galván (2012).

Quadro 1: Modelo de Quadro de Marcos Interpretativos

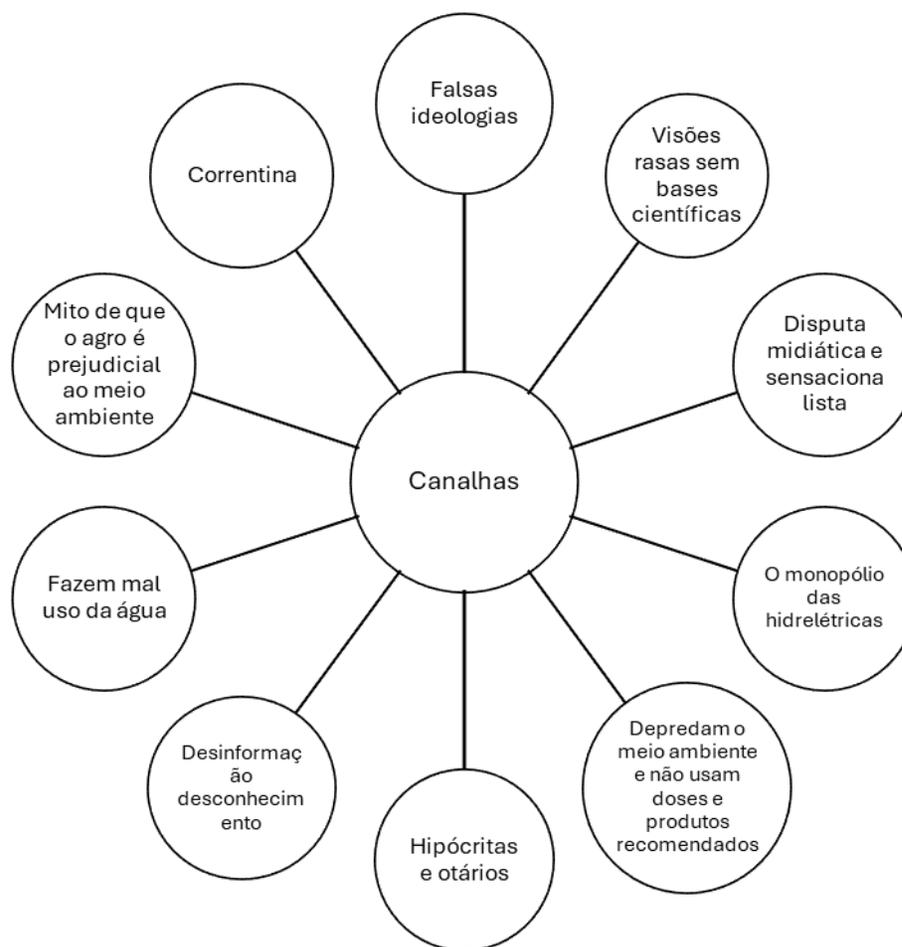
	Problema	Injustiça	
Marco de diagnóstico	A descrição do problema com suas diferentes dimensões	Injustiça que se destaca do problema diagnosticado	
	Dimensão vencedora	Traçado de fronteira	Nominação
Marco de Prognóstico	Dimensão que se assume como principal do problema pela injustiça que cria na população / grupo/ nação	Delimitação no espaço social e no conjunto de atores que se estabelece a partir dessa dimensão vencedora: - Antagonismos - O eles e o nós	Frase sintética da proposta de solução que surge deste prognóstico - Slogan
	Ideologização da fronteira (moralização)	Reconstrução histórica /social / política /científica (naturalização)	Programa de ação
Marco de Motivação	Conteúdos morais que se destacam no discurso para motivar as pessoas a aderirem a este	Referências que se utilizam para legitimar histórica, social, política – e/ou cientificamente a proposta nomeada	Principais medidas e propostas a serem implementadas

Elaboração: Galván (2012)

⁷ O corpo discursivo sobre o qual se debruçou a análise compreende as publicações da Associação dos Produtores e Irrigantes da Bahia (AIBA) e da Associação Baiana dos Produtores de Algodão (ABAPA), bem como notícias e informações de páginas oficiais do Governo do Estado da Bahia, além dos dados colhidos em trabalho de campo durante os meses de maio e junho de 2019.

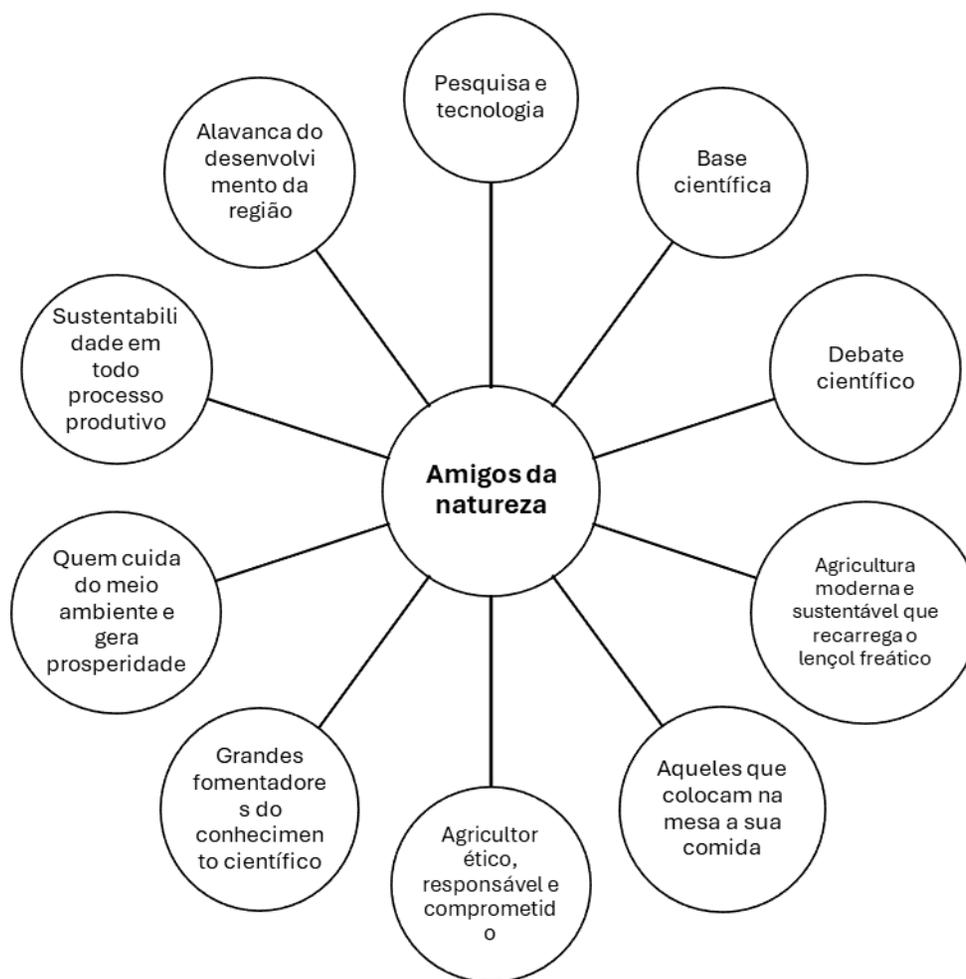
Após a construção dos quadros de marcos interpretativos dos discursos, foram elaborados os diagramas de identidades compostos pelas diversas demandas, articuladas em cadeias de equivalências construídas a partir do antagonismo entre as identidades dos sujeitos políticos (‘eles’ versus ‘nós’). Dessa forma, se conseguiu identificar como as múltiplas demandas são articuladas em torno de uma só – os pontos nodais, que passam a se constituir como significantes vazios, e acabam por representar todas as particularidades de cada identidade antagonica do ‘nós’ e ‘eles’. Para ilustrar o modelo de análise e construção das cadeias de equivalências, trazemos, a seguir, os diagramas do ‘nós’ e do ‘eles’ com recorte para o período de 2019 e 2022, elaborados por Uema (2024).

Diagrama 1: Cadeia de Equivalência do “Eles” (2019-2022)



Elaboração: Uema, 2024.

Diagrama 2: Cadeia de Equivalência do “Nós” (2019-2022)



Elaboração: Uema, 2024.

Cerrado, caixa d’água do Brasil: “terra sem dono”

O Cerrado é a savana com a maior biodiversidade e uma das maiores reservas de água doce do planeta. Com formação iniciada há no mínimo 65 milhões de anos, o Cerrado é um tipo de ambiente em que vários elementos precisam estar intimamente interligados uns aos outros. Ou seja: uma vez que qualquer um desses elementos seja degradado, em sua totalidade, o Cerrado não tem mais a capacidade de recuperar a plenitude de sua biodiversidade, o que leva à constatação de que o bioma já se encontra em vias de extinção (Barbosa, 2022).

Ocupando uma área de 2 milhões de hectares, o Cerrado compõe ¼ de todo o território nacional, estando presente nos estados da Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Piauí, São Paulo e Tocantins. É considerado a caixa d’água do Brasil por ser o ambiente onde acontecem as recargas hídricas, e é no Cerrado onde nascem importantes rios do Brasil e do continente sul-americano, como o Paraguai, Paraná, São Francisco, Doce, Araguaia, Tocantins, Tapajós, Xingu, Parnaíba e Jequitinhonha. Os povos

tradicionais do Cerrado somam mais de 80 povos indígenas, 44 territórios quilombolas, comunidades Geraizeiras, Riberinhas, Quebradeiras de coco babaçu, Vazanteiras, Retireiras, Apanhadoras de flores sempre-vivas, Raizeiras, Pantaneiras e comunidades de Fundo e Fecho de Pasto.

A região oficialmente delimitada como Oeste da Bahia abrange uma parte considerável de Cerrado que historicamente é habitado por populações que tradicionalmente vivem e ocupam de forma coletiva os baixões, chapadas, vazantes e veredas. Como veremos adiante, por estar longe da região litorânea, ponto de partida da colonização no Brasil, o Oeste Baiano era denominado como “Além São Francisco”, por estar “além” das margens do rio São Francisco.⁸

A ocupação da região foi iniciada por povos indígenas e se intensificou com a invasão dos colonizadores em busca de ouro e com o desenvolvimento da criação de gado. Os povos que resistiram à escravização ocuparam as barrancas dos rios Arrojado, Correntina, do Meio, Santo Antônio, Formoso e Corrente, formando assim, as comunidades tradicionais geraizeiras. Por se estabelecerem nas beiras dos rios e ribeirões principais, também se auto identificam como “beiradeiros” e “brejeiros”. Essa ocupação humana é um verdadeiro caminho das águas e faz parte da cartografia social forjada na geografia dos homens e mulheres comuns daquelas terras. Assim, o próprio mapa da ocupação da região é o mapa da disponibilidade hídrica e da história do acesso à água (Porto-Gonçalves e Chagas, 2019).

Nesse processo, as áreas de “terra de mata”, “terra fértil”, “terra vermelha”, “terra preta” e “terra de cultura”, as famílias mantiveram um sistema tradicional de cultivo de alimentos, criação de animais, extração de frutas nativas e da “solta do gado” nas extensas áreas de Cerrado de uso comum, denominadas como “Gerais”, “Retiro”, “Fecho” e “Tabuleiro” (Barreto, 2012).⁹

Dessa forma, até o final da década de 1970, as áreas de barranca de rios e córregos eram livremente ocupadas por essas comunidades, que até o tempo presente buscam manter esses sistemas tradicionais de uso comum dos Gerais. Contudo, o avanço da modernização da agricultura iniciado no Brasil com o regime militar ditatorial ocasionou uma profunda reconfiguração agrária, social, cultural, econômica, territorial e ambiental, e a revolução verde no Cerrado baiano acompanhou as transformações ocorridas nas áreas de “terras disponíveis” do restante do país.

Essa “ocupação pretérita, lenta e rarefeita” do Além São Francisco, se coaduna com a ideia de exploração dos “fundos territoriais” (Moraes, 2005), quando os colonizadores buscaram salvaguardar a porção máxima daquele território, uma vez que a conquista do espaço, a apropriação e o domínio eram o fundamento primeiro. Assim, desde o início da

⁸ A nomenclatura da região como “Região Econômica Oeste da Bahia” ou mesmo “Território de Identidade Oeste” se reduz a uma delimitação de caráter político-administrativo e não contempla as dimensões históricas e culturais que dão sentido ao chamado “Além São Francisco” (Brandão, 2010, p.38).

⁹ Conforme os rebanhos vão se procriando e as pastagens plantadas nas proximidades dos rios se tornam insuficientes para alimentar as criações, o gado é solto, por um ou dois meses, nas grandes extensões de Gerais que abrangem as roças até as cabeceiras dos rios para que se alimentem livremente em pastos diferentes, os “pastos de cultura”, com a finalidade de fornecer uma alimentação com maior valor nutritivo aos animais e assim “tirar a areia do bucho”. O período da solta se alterna com base nas chuvas que ocorrem no Cerrado, que permite esperar o tempo necessário para o descanso dos pastos cultivados e da pastagem nativa. (Barreto, 2012; Sampaio, 2012).

colonização, interessava ao governo central manter a integridade desses fundos territoriais para uma ocupação futura, e o sentido expansionista de incorporação dessas áreas permaneceu como forte traço do ideal de construção do país.

Mas como nem toda extensão de terra podia ser explorada, havia “áreas de trânsito” sem ocupação, que representariam espaços para apropriação futura e possibilidade de expansão, já que, naquele momento, o interior da Bahia não era uma opção interessante do ponto de vista econômico para o Estado, que concentrava seus esforços no litoral. Isso levou ao enraizamento do poder das elites políticas locais, que, ao consolidarem os seus discursos e imporem seus propósitos sobre as populações que ali existiam, passaram a controlar a economia e a política da região Oeste da Bahia, tornando-se, assim, as legítimas representantes do coronelismo na transição do Império à República. Foi nesse contexto que a narrativa do isolamento e da ausência do Estado foi enraizada no sentimento regional de que a porção mais ocidental da Bahia se encontrava distante, longínqua e isolada, relegada à condição de “Além São Francisco” (M.A Oliveira, 2015).

A expansão do modelo capitalista sobre a base territorial nacional, calcado no discurso de integração e modernização do país iniciado após a Segunda Guerra, marca o funcionamento das instituições sobre as quais está estruturado o Estado liberal de direito. Essas mudanças conjunturais estimularam os setores econômicos baianos ligados ao comércio e financistas a definirem em conjunto com o governo do estado as políticas públicas de seus interesses, por meio da formação de um conjunto de atividades produtivas representado por entidades de classe que foram materializadas na forma de empreendimentos estatais. A industrialização havia se tornado no objetivo principal para o projeto de crescimento econômico e foi central para institucionalizar o “problema da seca” a partir de projetos de mecanização agrícola no vale do São Francisco que, na realidade, acabaram favorecendo as elites locais, que recebiam subsídios do governo para a realização de obras de “combate à seca”.

O viés nacional desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek, que possibilitou a expansão industrial e viabilizou o crescimento econômico no Brasil não ocorreu de maneira homogênea na totalidade do país e acabou por reforçar no interior a necessidade das classes dominantes em assegurar o controle político do Estado, ameaçado pela ausência de um projeto hegemônico a ser executado a médio e longo prazo.

Com o golpe militar de 1964 e a criação da Sudene, Codevasf e Embrapa durante o regime ditatorial, buscou-se acelerar a integração nacional por meio de investimentos privados em larga escala nas regiões “menos desenvolvidas”, como o Nordeste e a Amazônia, sobretudo com o vitorioso projeto de modernização conservadora nacional, que logrou implantar um padrão técnico-econômico por cima das condições de mercado e as transformou em padrão dominante.

A criação de novas fronteiras agrícolas tornou-se, assim, uma política de Estado, e foi nesse contexto que o Cerrado passou a ser incorporado como área produtiva no cenário econômico nacional, uma vez que foi eleito como área que respondia às exigências do capital com maior rapidez. Tratava-se, assim, de aproveitar as vantagens de localização em escalas mais amplas, que permitiam mudanças na magnitude da produção e nos níveis de produtividade, possibilitando a manipulação estratégica das diferenças territoriais (Bernardes, 1997).

Assim, a incorporação do Cerrado baiano iniciada com os projetos de reflorestamento foi o que inaugurou a abrupta transformação da região Oeste que, a partir da década de 1980, passou a se caracterizar pelo crescente processo de desmatamento, expulsões, concentração fundiária, grilagem, assassinatos, morte de rios e nascentes e a ocorrência de conflitos. Na realidade, esses projetos propiciaram a estrutura necessária para a incorporação da nova fronteira agrícola, condicionada não apenas por suas condições naturais favoráveis, mas também por determinantes socioespaciais que condicionavam as ações, ou seja: ao se tratar da expansão do “moderno”, era necessário superar o passado e a história dos lugares onde dominavam forças pretéritas e valores tradicionais (Bernardes, 1997) para dar lugar à fronteira que necessitava ser domada, fertilizada, modernizada e desenvolvida por “verdadeiros empresários”.

Assim, a capitalização de sulistas pelo Estado para “desbravar” os Cerrados baianos foi o que marcou o inevitável conflito com as populações locais, inscrito num amplo processo de migração “civilizatório”, em que diferentes visões de mundo passam a se confrontar em múltiplas esferas da vida e da organização do espaço. A imposição de um destino civilizatório fica evidente quando observamos a narrativa, sobretudo pelo Estado, da “terra sem dono”, para onde é necessário inaugurar um marco zero, ou um “novo Nordeste” (Haesbaert, 1997).

Esse confronto de identidades nos remete ao pensamento de Mouffe e Laclau (1987) na compreensão da construção de identidades sociais e políticas. Assim como estes autores, Haesbaert também confere às identidades o caráter de mutabilidade a que estão sujeitas. Nesse sentido, a identidade “gaúcha” se constituía a partir dessa diferença que demarcava o outro (nordestinos) como o seu exterior constitutivo (Mouffe, 2014).

Em sentido mais amplo, isso refletia a distinção que separava os gaúchos dos nordestinos a partir da identidade que era definida pela falta, como a ausência de uma história, de uma memória e de uma tradição. Os gaúchos advogavam pelo monopólio da tradição como se apenas este grupo tivesse origem, memória e identidade (Haesbaert, 1997). Assim, era sempre no confronto com o “outro” que as identidades sociais se manifestavam.

Se para Haesbaert a reterritorialização dos gaúchos permitiu a formação de redes funcionais amplas ou territórios-rede de identidades, onde prevalecia a desterritorialização, a nossa análise permite utilizar a variável cultural-identidade para refletir sobre a visão de mundo moderno e tecnológico que passa a ser instituída no processo de integração do “espaço vazio”, por meio do acordo entre Estado e capital. Para além da aliança que buscava exercer o controle econômico sobre aquele espaço, o bloco dos baianos foi construindo uma nova totalidade social, ao ser capaz de preencher esse vazio com a agricultura empresarial e moderna e assim transformá-lo em “celeiro do mundo”.

A busca pela consolidação da hegemonia desses “territórios-rede de identidade” sobre os Cerrados baianos, somada ao interesse em ampliar os incentivos creditícios, pesquisas, apoio técnico e financiamentos proporcionados pelo Estado e à demanda do mercado externo pelo farelo da soja oportunizou a criação da Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia – AIBA pelos sulistas, em junho de 1990, a principal entidade representativa de classe do setor do agronegócio no Oeste da Bahia.

A constituição da AIBA ocorreu justamente quando as associações por produto e multiproduto se transformavam em fonte e expressão de poder, com capacidade para orientar o conjunto dos empresários agroindustriais a determinados modelos de comportamento e

difusão de uma linguagem comum (Bruno, 2002), ao passo que o “modelo da soja” passava a ser definitivamente implantado nos Cerrados brasileiros. A soja foi, portanto, considerada a precursora nas diversas inovações dos sistemas de produção e processamento de produtos agropecuários no país, em consonância com as grandes transformações da agricultura (Santos, 2007) e da emergência de novos sujeitos sociais e políticos no fim do século XX.

Em janeiro de 1991, no então povoado Mimoso do Oeste, foi fundado o primeiro Centro de Tradições Gaúchas no estado da Bahia: o CTG Sinuelo dos Gerais que, segundo Haesbaert (1997, p. 87), cumpria um papel ambíguo, gauchista, segregador – e ao mesmo tempo aglutinador, fortalecendo um sentimento comunitário muito exaltado pelos sulistas.¹⁰ Três anos após a fundação da Aiba, foi constituído o Sindicato dos Produtores Rurais de Barreiras – SPRB, ampliando os espaços de representação dos interesses da “rede gaúcha”.

Embora tenha sido a soja que, nos anos 1980, oportunizou o Oeste da Bahia a aumentar progressivamente sua posição de destaque na estrutura produtiva da Bahia e do Brasil, faz-se imprescindível destacar que foi o algodão a cultura responsável por alavancar exponencialmente o lucro do agronegócio na Região Oeste do estado a partir dos anos 2000, o que levou a ser denominado como “outro branco do Cerrado”. De 1995 a 2000, houve um crescimento de 1.583% na área plantada e de 2.205% na produção da pluma, e a produtividade mais que triplicou no mesmo período, tendo a cotonicultura, nos anos 2000, se solidificado como a segunda cultura mais importante da Região Oeste, perdendo apenas para a soja, e a Bahia o segundo estado com a maior produção de algodão no país, atrás do Mato Grosso.

Era necessário aglutinar diferentes forças sociais e políticas em torno de objetivos comuns para além das representações patronais já existentes, como a Aiba e o SPRB, e assim ampliar o “investimento” na organização de seus interesses, fundamentais na dinâmica das relações de poder, de dominação e na construção da hegemonia.

Assim, a melhor forma de enfrentar as crises econômicas, institucionalizar e unificar as demandas do setor para convertê-las em políticas públicas e assim determinar os novos rumos da economia, da política e da sociedade foi a criação da Associação Baiana de Produtores de Algodão – ABAPA, em maio de 2000.

A conformação do bloco dos baiúchos: de sulistas a fundos de pensão internacionais

Considerando que bloco dos baiúchos foi se constituindo inicialmente a partir da aliança entre sulistas que chegaram durante a década de 1980, é o Estado o principal protagonista que vai garantir todas as condições objetivas para a consolidação do agronegócio na região. Nesse contexto, políticos locais, sejam os pertencentes às oligarquias regionais ou os próprios sulistas, também passariam a disputar os espaços nos poderes

¹⁰ Sob o lema “Reacender o brilho da chama da tradição no novo pago, nosso chão”, o CTG passou a exercer um forte poder para a preservação e a propagação da cultura sulista em Luís Eduardo Magalhães, uma vez que a maioria de seus associados são os detentores do poder econômico, sendo representados por comerciantes, produtores rurais e empresários que desenvolvem diversas atividades culturais na cidade (Vilela, 2018, p. 109).

legislativo e executivo. Ao longo do tempo, essa aliança entre antigas oligarquias locais, sulistas e o Estado no século XX, vai se reconfigurando no século seguinte com a presença de atores mundializados que passaram a integrar o bloco dos baiúchos nos anos 2000.

A constituição da Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba) e da Associação Baiana dos Produtores de Algodão (Abapa) representa a capacidade dessas entidades de classe de orientar modelos de comportamento e de difundir uma linguagem comum (Bruno, 2002). Nesse sentido, a criação de Luís Eduardo Magalhães como uma “cidade do agronegócio”, em 2000, também reflete o poder do bloco dos baiúchos de se tornar hegemônico, pelo fato de o município ser constituído como o lugar fundamental na rede de relações econômicas, sociais, culturais e políticas do agronegócio; oferecer respostas imediatas às necessidades técnicas, científicas, financeiras, logísticas e de mão de obra do setor; ter o poder de impor especializações econômicas e espaciais, cada vez mais profundas aos espaços urbanos, e de criar um imaginário social e cultural favorável à sua imagem (Elias, 2022).

Ariovaldo Umbelino de Oliveira nos traz a rica compreensão de que com a instauração do processo de mundialização do capitalismo, as antigas disputas entre empresas nacionais e estrangeiras que predominavam no Brasil até o início dos anos 1990 foram abandonadas para dar lugar à conformação de novas alianças de classe em nível mundial, formada pela fusão de um conjunto de capitalistas brasileiros com capitalistas estrangeiros, fazendo surgir empresas mundiais, existentes onde a reprodução ampliada do capital pudesse se fazer. (A. Oliveira, 2016, p. 88)

Além disso, a opção dos governos progressistas eleitos na primeira década dos anos 2000 na América Latina¹¹ pelo modelo primário-exportador das economias consolidou a entrada do continente na nova ordem econômica e político-ideológica caracterizada pela hegemonia do desenvolvimento neoextrativista, marcando, assim, a transição do Consenso de Washington para o Consenso das Commodities (Svampa, 2019). Se no extrativismo associado ao Consenso de Washington o Estado assumia um papel reduzido, atuando apenas na manutenção do funcionamento dos processos produtivos, como a entrada de capitais transnacionais, privatizações de empresas públicas e abertura comercial, no modelo neoextrativista, a partir de uma estratégia desenvolvimentista, cumpre uma função bastante ativa nos empreendimentos e atividades extrativistas. (Milanez e Santos, 2013, p.127)

Dos 1.767.889,80 hectares de terras controlados por 86 empresas e fundos que possuíam ativos fundiários no MATOPIBA mapeados por Gomes (2020), o Oeste da Bahia apareceu como epicentro dos investimentos. Parte importante do MATOPIBA estava sob o controle de grupos transnacionais que incluía investidores estrangeiros, grandes corporações brasileiras do agronegócio e o estrato superior da elite agroexportadora local, representada, em sua maioria, pelo mito fundador dos empreendedores gaúchos, e os governos federal e estadual.¹²

¹¹ Como Lula no Brasil, Hugo Chávez na Venezuela, Evo Morález na Bolívia, Pepe Mujica no Uruguai, Rafael Correa no Equador e Néstor e Cristina Kirchner na Argentina.

¹² Gomes (2020) constatou que mais de 1,700 milhões de hectares de terra do MATOPIBA estavam concentrados nas mãos de estrangeiros, que vão desde agentes financeiros até grandes empresas transnacionais do setor agrícola, e os principais atores empresariais que movimentam esse mercado na região são empresas líderes nas cadeias globais do setor agroexportador (agrícola, mineral e energético). Muitas dessas empresas

Assim, estruturado sobre uma lógica fundiária de extrema exclusão social e degradação ambiental, o território, antes controlado por povos autóctones, coronéis latifundiários e sulistas, agora se (re)configura para os ditames do capital internacional. Trata-se de uma transfiguração que a cada passo é legitimada e assegurada judicialmente pelo Estado, que, por sua vez, atende as suas regalias como garantia de incentivo para a instalação de investidores (Cunha, 2017).

Nesse contexto, o Oeste da Bahia é um exemplo de como o pacto da economia política do agronegócio (Delgado, 2012) tornou viável o novo modelo de acumulação no âmbito da política econômica e financeira do Estado nos anos 2000, marcado pelo controle da economia regional pelos grupos econômicos monopolistas mundiais e propiciando a maior concentração de capitais. Estava consolidado, assim, o bloco dos baiúchos.

Formações e estratégias discursivas do bloco dos baiúchos

Nesta seção, discorreremos sobre as estratégias discursivas empregadas pelo bloco dos baiúchos para a construção da hegemonia, marcadas por quatro momentos. No primeiro (2008 a 2012), os discursos do bloco dos baiúchos já articulavam significantes em torno de uma formação discursiva ambientalista cujas estratégias empenhadas culminaram na aprovação do Novo Código Florestal, pelo Congresso Nacional, e em outros aparatos legais e políticas públicas que flexibilizavam as legislações ambientais, sobretudo no nível estadual. Assim, a solução encontrada para enfrentar as crises financeira e alimentar iniciadas em 2008 era “preservar o setor produtivo”.

Quando observamos o traçado de fronteira que antagoniza as identidades do nós/eles nesse período, o “nós” – produtores rurais do Oeste da Bahia – era identificado como os “alquimistas”, “campeões”, “sustentáveis” e aportados com a “ciência e técnicas”, e delimitado pela oposição dos “arcaicos grupos internos”, o “eles”: a “opinião pública desavisada”, a “utilização de técnicas rudimentares”, a “degradação ambiental” e o próprio “governo federal”.

Assim, a aprovação do Novo Código Florestal, em maio de 2012, ressignificou narrativas e práticas discursivas e reorganizou o campo de disputa de discursos, se constituindo como base de sustentação para o fortalecimento da atuação do bloco dos baiúchos, nos anos seguintes, na disputa pela hegemonia.

Entre 2013 até outubro de 2017, todo esse empenho para a flexibilização da legislação ambiental continuou sendo concretizado por meio da institucionalização do discursivo (Balsa, 2017) no estado da Bahia, como o decreto que instituiu o novo código florestal baiano, a oficialização do Matopiba e as inúmeras e crescentes medidas de flexibilização da legislação ambiental, em nível federal, iniciadas com o golpe de 2016. Com as “crises hídricas” que ocorriam no país logo no início daquele ano, a estratégia encontrada foi resgatar

estão associadas a fundos de investimento, o que tem consolidado o modelo de negócios de imobiliárias agrícolas e de investidores institucionais privados, como fundos de pensão, empresas de *private equity*, instituições bancárias ou de fundos de investimentos multimercados multiestratégia, que incluem *commodities* agrícolas, recursos naturais e imóveis agrícolas no seu portfólio. (Gomes, 2020, p. 325).

o “problema da seca”, sob o argumento de que a falta de água fazia parte dos ciclos da natureza, não havendo, portanto, uma suposta crise hídrica no Oeste da Bahia. Assim, a baixa da vazão dos rios era provocada tanto pelos “períodos de estiagem” como pela “má gestão da água”, sendo injusto responsabilizar “quem provê alimentos e vestimentas de forma sustentável e dentro da lei”. Além disso, a orientação da FAO, de ampliar a oferta de alimentos para acompanhar o aumento da população global, foi uma justificativa acertada para ampliar a irrigação no Brasil, “um dos poucos países no mundo com capacidade de atender essa demanda”.

Com isso, na análise dos marcos interpretativos, observamos que, nesse período, as propostas políticas foram se reconfigurando a partir da necessidade de apostar em estudos científicos que comprovassem o potencial hídrico do Oeste da Bahia e assim assegurar as atividades de irrigação: para resolver o problema da “desinformação”, era preciso “mostrar à sociedade que o agronegócio faz parte do cotidiano de todos”, além de realizar um “trabalho de conscientização” direcionados às comunidades ribeirinhas, as “principais responsáveis pela degradação das nascentes e pelo desperdício da água”. É a partir desse período que o tema dos defensivos agrícolas começa a ser pautado com mais frequência, e a principal proposta para resolver os “entraves burocráticos que impedem modernizar os processos de registro e autorização” é “centralizar as decisões no Ministério da Agricultura e flexibilizar a rígida legislação”. Como performances discursivas do período, se destacam os “tratorações” contra a cobrança do Funrural, uma das principais reivindicações do agronegócio que perdura até os dias atuais.

Nesse recorte temporal, é imprescindível levar em conta a exacerbação dos conflitos, que já se apresentavam como inevitáveis e evidentes, fazendo com que o traçado da fronteira do “nós” fosse atualizado por meio da articulação de demandas e elementos como “sustentabilidade”, “responsabilidade ambiental”, “legalidade”, “preocupação com o meio ambiente e com os recursos hídricos” a todas as atividades do agronegócio no Cerrado baiano. Era preciso, então, haver um consenso em torno de “informações reais” e sem os vieses de “achismos” para que o agro não fosse visto como “o grande vilão do meio ambiente”. Dessa forma, todos os projetos e programas institucionais dos baiúchos teriam como objetivo maior contribuir com a preservação do meio ambiente e dos recursos hídricos e, portanto, o setor deveria ser passivo de receber os benefícios do programa de Pagamento de Serviços Ambientais.

No traçado de fronteira entre o “nós” e o “eles” demarcado no período entre 2013 e outubro de 2017, o “nós” – agricultura responsável e sustentável – assume as identidades da “legalidade”, “preservadores dos rios”, “conhecimento técnico”, “eficiência”, “segurança alimentar”. Em oposição, o “eles” – “grupo de interesses escusos” – promovem “uma verdadeira inquisição informatizada”, fazem “uso indiscriminado da água”, “devastam as margens dos rios” e são “desprovidos de embasamento científico”. Assim, os baiúchos, cada vez mais, vinculavam a “conservação ambiental” à identidade “Agricultura Sustentável”, outorgando-lhe a funcionalidade discursiva para conseguir adesão consensual a essa concepção de modelo de produção rural a ser seguido (Balsa, 2017), uma vez que todas as suas ações seriam a expressão da “modernidade” e de um “novo modelo de desenvolvimento” que atenderia os interesses e as necessidades de todos (Bruno, 2009).

Como vimos, a aliança do agronegócio com o Estado e demais atores poderosos que vieram a se instalar na região Oeste da Bahia nos anos 2000, permitiram, assim, a exitosa conformação hegemônica do bloco dos baiúchos e o atendimento de sua demanda central, que foi a flexibilização da legislação ambiental. Isso oportunizou a efetivação da regularização de terras públicas da região, que passaram a ser registradas no cadastro ambiental estadual como áreas de Reserva Legal e de Preservação Permanente, e que hoje ocupam grande parte dos 2,6 milhões de hectares concentrados nas mãos de grandes proprietários, multinacionais e fundos de investimentos¹³.

Concomitante à evolução de autorizações de retirada de água e de desmatamento e ao processo de desterritorialização e de rupturas dos tecidos sociais e comunitários¹⁴, percebe-se a ocorrência cada vez mais frequente de conflitos que, ao longo dos últimos anos, vêm se intensificando e se reconfigurando na região. No conjunto desses conflitos, a disputa pela água se torna elemento central, uma vez que é a “disponibilidade hídrica” que justifica também a expansão da fronteira agrícola. Entre esses conflitos por água, tem destaque o de Correntina, que marca profundamente a história da região Oeste da Bahia, constituindo-se com um divisor de águas nas estratégias discursivas dos blocos antagônicos na construção de sua hegemonia e objeto de análise desta tese.

No dia 2 de novembro de 2017, no município de Correntina, onde se concentra a maior parte dos afluentes da bacia do rio Corrente, aproximadamente mil ribeirinhos e ribeirinhas, que vivenciavam dia após dia a diminuição das águas do rio Arrojado, base para sua existência e modos de vida, ocuparam duas fazendas do grupo Igarashi, instaladas em uma área de mais de 2,5 mil hectares de plantações de monoculturas. Alvejaram estruturas, instalações, equipamentos de transmissão de energia elétrica, galpões, bombas hidráulicas, tubulações, tratores e pivôs de irrigação utilizados para a retirada de água superficial, em protesto contra a grande quantidade de água retirada do rio Arrojado, que colocava em risco a produção e a vida de todas as famílias ribeirinhas a jusante (Movimento dos Atingidos por Barragens, [s.d.]

O levante em Correntina ressignificou o discurso e suspendeu a hegemonia, trazendo novos elementos para articular demandas e estratégias do bloco dos baiúchos em torno de novos significados. Assim, após o conflito, no período entre novembro de 2017 a 2018, o bloco dos baiúchos potencializou ainda mais a sua empreitada discursiva de reforçar valores ambientalistas, sustentados por representantes de instituições de pesquisa governamentais, como a Embrapa, e intensificou os projetos direcionados à agricultura familiar situadas nos

¹³ Estrategicamente, as RLs e APPs são, na maioria das vezes, cadastradas em áreas onde há água abundante, como sobre o Aquífero Urucuia e onde há a formação de Veredas e nascentes, o que significa que essas propriedades têm o direito sobre a “posse” do uso da água, acabando por promover a valorização da propriedade, o que tem incentivado a solicitação de outorgas para fins de especulação imobiliária.

¹⁴ Pesquisas realizadas junto às comunidades da região em 2017 já alertavam para graves consequências, como alteração dos padrões de chuva na região, o assoreamento das cabeceiras dos rios, a redução de espécies de animais silvestres e a contaminação, por agrotóxicos, de rios, peixes e das próprias comunidades que consomem essas águas para uso doméstico. A falta de água é cada vez mais recorrente, o que faz com que muitas famílias fiquem dependentes de caminhões pipas ou mesmo migrem para periferias de grandes centros urbanos. Nos relatos, também é presente a intensificação de ameaças de morte, intimidação de líderes comunitários, violência contra crianças, o cercamento dos Gerais e a presença de grupos armados nas localidades. (Fian, Rede Social e CPT, 2018)

vales, alvejando, particularmente, os territórios das comunidades tradicionais, por meio da entrega de pacotes tecnológicos para irrigação, ações de educação ambiental, recuperação de nascentes e a formação continuada de alunos e professores em escolas públicas da região. Outras estratégias discursivas performáticas também continuaram a ser empregadas, como a distribuição de mudas e sementes, a realização de provas esportivas e a ampliação da abrangência de programas de rádio sobre o agronegócio da região.

Cabe apontar que esses discursos ilustram a acentuação da conflitividade entre o bloco dos baiúchos e as comunidades tradicionais geraizeiras no pós-conflito, revelando também o acirramento do antagonismo entre os dois grupos. Nessa conflitividade, o bloco dos baiúchos continuou a reconstruir esse traçado de fronteira na busca de valorizar a identidade política do “nós” e deslegitimar o “eles”. Assim, a imagem do “nós” – “prestadores de serviços ambientais” – era valorizada e articulada à “legalidade”, à “agricultura responsável e sustentável” e à “preocupação com as águas e o meio ambiente”, além de “asseguramos a conservação para as gerações futuras”. O “eles” – “selvagens”, por sua vez, se articulava às identidades de “criminosos”, “invasores”, “extremistas”, “covardes”, “terroristas”, “turba raivosa”, “bandidos e vândalos”, levados por “achismos” e pela “insanidade”, e cuja desinformação leva ao “desmatamento das matas ciliares e ao assoreamento das margens dos rios”, para quem era necessário levar a “informação correta”.

Na análise do período entre 2019 e 2022, os projetos e programas da Aiba/Abapa são institucionalizados e legitimados no âmbito das parcerias público-privadas e se territorializam tanto no interior das comunidades tradicionais como nas cidades, incluindo a capital baiana – a exemplo do Prêmio Abapa de Jornalismo, e em órgãos federais – como a Agência Nacional das Águas, que selecionou o projeto de recuperação de nascentes para ganhar o troféu do prêmio ANA 2020, na categoria “Boas Práticas em prol das águas e do saneamento no Brasil”. Outra estratégia central é o Estudo do Potencial hídrico do Aquífero Urucuia, que “comprovou cientificamente a real disponibilidade de água da região” e a capacidade de expandir a agricultura irrigada no Oeste da Bahia.

A pandemia da Covid-19 foi outro fator que contribuiu para aglutinar os discursos do bloco dos baiúchos em torno de uma totalidade de suas propostas, uma vez que ajudou a fortalecer a sua imagem não apenas com as ações “solidárias”, mas com o grande respaldo do governo federal, que orientava “aproveitar a oportunidade e passar a boiada” e destinava inúmeras medidas de apoio financeiro e segurança jurídica a quem “não parou” e foi “o único setor que foi capaz de enfrentar a fome no momento de crise sanitária e econômica”.

Além do projeto político de desmantelamento dos órgãos e políticas ambientais nos governos Temer-Bolsonaro e da promulgação de novas leis que flexibilizaram ainda mais a legislação ambiental, o viés anticrime e a valorização dos “cidadãos de bem” dos poderes executivo e legislativo em nível federal oportunizaram a alteração da legislação sobre armamentos. Sob o lema de “combater a criminalidade para garantir a paz no campo”, essas estratégias, como o programa Operação Safra, legitimaram as ameaças, agressões e violências contra quem opunha o agronegócio ao meio ambiente (o “eles”) em ações promovidas por milícias rurais e pistoleiros, fazendo com que a derrubada de cercas e incêndios dos ranchos dos Fechos de Pasto, o disparo de armas de fogo e ameaças de morte se tornassem cada vez mais frequentes no dia a dia dessas comunidades, principalmente no período que antecedeu as eleições de 2022.

Com o governo Bolsonaro, o tom do discurso se tornou mais agressivo. Assim, no período entre 2019 e 2022, o “nós” – “amigos da natureza” – articula o “agricultor ético, responsável e comprometido”, que “coloca na mesa a sua comida” e ainda assim “ajuda a preservar o meio ambiente gerando prosperidade”, em oposição a “eles” – “canalhas que depredam o meio ambiente e não usam doses e produtos recomendados”, os “hipócritas e otários” e as “falsas ideologias”, além da “visão rasa e sem base científica”.

Cabe destacar, ainda, que foi nos governos de Rui Costa (2015-2022) e concomitantemente ao período do golpe de 2016 e ao governo Bolsonaro que o Estado da Bahia intensificou a emissão de autorizações de desmatamento e de outorgas de água.¹⁵ É nesse período que observamos, ainda, maior abertura para investimentos estrangeiros e transferências de terras públicas para empresas privadas na região Oeste da Bahia.

Não por acaso que 2022 terminou com o estado da Bahia batendo o terceiro recorde anual na produção de grãos e com projeções exorbitantes de ampliação de projetos de mineração e energias eólica, fotovoltaica e elétrica, com a instalação de Pequenas Centrais Hidrelétricas e linhas de transmissão de energia no Cerrado e Caatinga baianos.

Esse êxito foi alcançado principalmente em função do fortalecimento da parceria entre o governo do estado da Bahia e as entidades de classe do agronegócio, cujo principal representante vem, nos últimos anos, liderando uma das mais importantes associações por produto no país: a Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa), e um dos principais intelectuais orgânicos do patronato rural em defesa do monopólio e da concentração fundiária no Brasil: o Instituto Pensar Agro (IPA).

Considerações finais

Recapitulando a análise realizada a partir dos marcos interpretativos e das identidades políticas antagonicas entre o “nós” e o “eles” dos quatro momentos delimitados, vemos que as crises financeira e alimentar iniciadas em 2008 foram a justificativa para alterar o Código Florestal Brasileiro, perdoar as multas ambientais e descentralizar a gestão ambiental para os estados, a fim de garantir a segurança jurídica para desmatar e ampliar a fronteira agrícola. Quando observamos o traçado de fronteira que antagoniza as identidades nós/eles nesse período, a partir da desqualificação do outro, os produtores rurais do Oeste da Bahia se valorizavam sinônimo de união, sucesso e geração de riqueza (Bruno, 2009).

¹⁵ Dados do Imaterra apontam que foi nesse período que o Inema autorizou o equivalente a 32 cidades de Salvador de vegetação nativa para serem desmatados entre os anos de 2007 e 2021, sendo que 80% deste total foram supressões autorizadas nas Bacias Hidrográficas dos Rios Grande e Corrente, ambas localizadas na região Oeste do estado. No que se refere à concessão de outorgas para uso de água superficial e subterrânea, entre setembro de 2007 e setembro de 2022, o governo do Estado autorizou a captação de uma vazão total de 17 bilhões de litros de água por dia nas Bacias Hidrográficas dos Rios Grande, Corrente e Carinhanha, sendo que quase a totalidade dessa vazão (98%) foram destinados para atividades de irrigação e 99,5% das captações de água subterrânea outorgadas estão localizadas no Aquífero Urucuia. Toda essa vazão de água concedida nesse período daria para abastecer, diariamente, sete vezes a população de todo o estado da Bahia, e nove vezes a população da cidade de São Paulo. (Instituto Mãos da Terra, 2022).

No segundo momento analisado (2013 a outubro de 2017), água e meio ambiente passam a ter os seus significados reapropriados pelo bloco dos baiúchos mais intensamente, ao atualizarem, assim, a identidade de “preservadores” e “cuidadores” dos recursos naturais, em oposição a eles – as comunidades do vale, os principais responsáveis pela degradação das nascentes e pelo desperdício de água. Até mesmo o uso de defensivos agrícolas “tem um ganho enorme para o meio ambiente e para o agricultor”. Da mesma forma as outorgas, que, se antes eram vistas como um entrave para a irrigação, passaram a significar um “direito” que deveria ser garantido. Afinal, “a água que corre para o mar é desperdiçada e não temos como usá-la”.

Assim, água e meio ambiente se configuram como significantes flutuantes, ao ressignificarem a totalidade desse discurso, preenchido cada vez mais pelo viés ambientalista.

A partir dessa estratégia de apropriação discursiva, vemos que no terceiro momento (novembro de 2017 a 2018) o bloco dos baiúchos se empenha em organizar as ações de conscientização e de educação ambiental com foco nos territórios das comunidades tradicionais, por meio da entrega de pacotes tecnológicos, projetos de recuperação de nascentes e de intervenções em escolas públicas da região.

É no período entre 2019 e 2022 que o momento decisivo para a articulação e consolidação política do bloco dos baiúchos é delimitado, uma vez que a maior parte de seus pleitos e resoluções dos problemas diagnosticados deixam de ser uma demanda para constituir-se efetivamente em discurso político (Galván, 2012).

A territorialização dos projetos e ações do bloco dos baiúchos nas comunidades tradicionais de Fecho de Pasto demonstra a capacidade de suas estratégias discursivas alcançarem a mobilização necessária para que o interesse dos “amigos da natureza” (nós) em oposição aos “canalhas” (eles) pudesse ser cumprido e suas propostas de solução dos problemas e injustiças demonstrados e viabilizados.

Ao nosso ver, as ações de intervenções nas comunidades tradicionais são as estratégias que intentam ser mais eficazes para o alcance da hegemonia nessa disputa discursiva. Após o levante em Correntina, vimos que os projetos foram ampliadas para além dos municípios de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, onde os valores, ideologias e a cultura “baiúcha” já eram dominantes. Correntina se tornou, assim, um lócus estratégico para que o bloco dos baiúchos pudesse avançar com programas de recuperação de nascentes, entrega de kits de irrigação e, sobretudo, o programa educacional Conhecendo o Agro¹⁶.

O conteúdo desses projetos estão sempre articulados à necessidade de provar ao mundo que o agronegócio não é o vilão do meio ambiente e que ele está presente no dia a dia de todas as pessoas, até mesmo de mostrar para a sociedade, “começando pelas crianças”, que “os defensivos agrícolas ajudam a produção a se livrar das pragas e não causam mal ao

¹⁶ Alinhado ao projeto político de educação nas escolas do setor do agronegócio em nível nacional, como a campanha “De olho no material escolar”, o Conhecendo o Agro vem sendo a ferramenta mais poderosa para pressionar escolas públicas da região a inserirem na grade curricular a “visão correta sobre o agronegócio e a verdadeira realidade do campo brasileiro”, por meio da promoção de concursos premiados entre estudantes do ensino fundamental e ciclos de formação de professoras e professores. No conteúdo dos materiais didáticos, destaca-se a animação “Nessa vacina tem agro”, que transmite a visão de que “o agro está presente em tudo que nos cerca”.

meio ambiente”. Além disso, há um forte componente de mercantilização dos recursos naturais, sobretudo da água, “ativo natural que possibilitaria até mesmo o lucro dos pequenos agricultores”, já que a transferência de conhecimento científico faz com que esse recurso natural não seja “desperdiçado”. Ainda, “não haveria razões para pânico, pois há recursos suficientes para consumo humano e animal e para a agricultura”, sendo possível aumentar a área irrigada para suprir a crescente demanda por alimentos no mundo.

Essas estratégias discursivas do bloco dos baiúchos nos levam a algumas reflexões recentes sobre a construção da hegemonia do agronegócio, como as contribuições de Bruno (2022), que atualiza a discussão ao defender que, nesse processo, as classes patronais rurais e agroindustriais investem prioritariamente em dois principais campos de atuação política: a união e identidade de interesses entre seus pares e aliados; e a ofensiva contra todos aqueles que eles consideram seus adversários políticos e de classe.

Conforme abordado, o bloco dos baiúchos foi exitoso ao longo de todo o período analisado, ao se apoiar em uma diversidade de ações e propósitos, como a defesa de pleitos e reivindicações unificadoras do conjunto do patronato rural e do agronegócio; a ampliação e fortalecimento dos espaços de representação de interesses; a eleição de aliados confiáveis; a construção de uma imagem de si e da classe como portadoras de capacidades, qualidades e potencialidades necessárias ao desempenho da hegemonia realimentadas do sentimento de superioridade (Bruno, 2022).

Fica nítida a estratégia discursiva de elaborar uma retórica de legitimidade e de poder na qual todos se identifiquem, guiada por uma identidade ruralista, cujos fundamentos consistem na visão da propriedade fundiária como direito absoluto situado acima das regras sociais e na violência como prática de classe. A ofensiva contra todos aqueles se opõem à identidade política do “nós” se concentra contra as bandeiras de luta e reivindicações de movimentos sociais de lutas por terra e por direitos e seus desdobramentos, como a reforma agrária, o direito ao território dos povos indígenas, o reconhecimento das comunidades quilombolas e de outras comunidades tradicionais, como é o caso das comunidades de Fecho de Pasto.

Diante das críticas ao monopólio fundiário e à concentração de terras que ressurgem nas reivindicações em defesa do território desses povos e comunidades tradicionais, o empenho no fortalecimento da representação de interesses patronais rurais e do agronegócio é uma das alternativas para refundar a problemática fundiária em nosso país. Além disso, a autora destaca que o trio Bala, Bíblia e Boi simbolizam a política a serviço do negócio, a lógica empresarial alimentando a fé e as indústrias de armas e artefatos orientando as regras de segurança da sociedade e que acaba por assumir em sua totalidade, o controle das armas, dos bens da salvação e da terra, elementos fundantes de nossa sociedade. (Bruno, 2022)

Os discursos analisados possibilitaram observar, ainda, estratégias de apagamento da memória social das comunidades no que se refere à sua relação com as águas, que deve ser preenchida por outra história, que permite vislumbrar um futuro diferente, moderno e tecnológico, com a garantia de que nunca faltará água. Isso significa instituir o futuro daquele lugar e das pessoas, plantas e animais que ali habitam e, dessa forma, se constroem projetos e se disputa a memória do passado e o futuro desejado. Aqueles que têm projeto decidem, estabelecem as regras e o implementa, já que, sem projeto, não se disputa a hegemonia (Bernardes e Maldonado, 2017).

Como nos lembram Porto-Gonçalves e Chagas (2019), trata-se da tensão aberta entre visões de mundo e modos de conhecimento que informam práticas culturais concretas e que antagonizam, de um lado, o conhecimento científico convencional de matriz ‘euurocêntrica’, autodesignado como universal, brandido pelos *experts* do agronegócio e, de outro, outras formas e modos de produção de conhecimento de matriz indígena, afrodescendente e de múltiplas campesinidades.

O racismo, elemento fundante de nossa história colonialista e escravocrata, em nenhum momento deixou de permear o cotidiano desse encontro antagonístico. Esse traçado de fronteira que separa o “nós” do “eles” e que tem como um de seus principais instrumentos a invenção do “selvagem”, corresponde aos anseios coloniais da modernidade e permanece até hoje nas relações estabelecidas dentro das sociedades e entre estas. Essa dicotomia cria também um antagonismo entre a natureza e a cultura, o tradicional e o moderno e o selvagem e o civilizado, e é a partir dessa diferenciação estabelecida entre os que estão incluídos e excluídos em uma dada sociedade que o racismo vai se construindo (Silva, 2012).

A tutela do Estado é também, elemento fundamental diante do atual momento político da aliança entre o agronegócio e atores que mais recentemente vêm conformando a complexidade dessa teia de relações. Como pontuou Sassen (2016), indivíduos ricos e multinacionais só conseguiram chegar à concentrações extremas da riqueza mundial a partir da combinação variável de inovações técnicas, de mercado e finanças, mais a permissão governamental. Essas capacidades sistêmicas de intermediação agem como uma espécie de névoa, reduzindo a nossa capacidade de enxergar o que realmente está acontecendo.

Assim, ao impor a sua formação discursiva hegemônica que institui uma visão do mundo correspondente à direção do grupo social considerado fundamental no nível econômico – o agro, o bloco dos baiúchos vem sendo capaz de fazer reconhecer que a ordem social vigente está articulada ao fundamento racional último ou ao destino natural de que, sob a salvaguarda da disponibilidade hídrica, a agricultura irrigada é o único caminho que garante a segurança alimentar e o desenvolvimento dos países, assegurando-lhe, assim, o direito de desmatar e envenenar o Cerrado e de apropriar-se de suas águas, sem o desperdício de deixá-las seguir o fluxo natural até o mar.

Referências

- BALSA, Javier. Notas para una definición de la hegemonía. *Nuevo topo*, v. 3, p. 145-166, 2006.
- BALSA, Javier. Formaciones y estrategias discursivas, y su dinámica en la construcción de la hegemonía. Propuesta metodológica con una aplicación a las disputas por la cuestión agraria en la Argentina de 1920 a 1943, *Papeles de Trabajo*, 11 (19), 2017, pp. 231-260.
- BARBOSA, Altair S. “O Cerrado está extinto e isso leva ao fim dos rios e dos reservatórios de água”. [Entrevista cedida a] Elder Dias. *Jornal Opção*, Goiânia, 07 mai. 2022. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/entrevistas/o-cerrado-esta-extinto-e-isso-leva-ao-fim-dos-rios-e-dos-reservatorios-de-agua-16970/>. Acesso em: 07 jan. 2024.
- BARRETO, Eldo Moreira. Os Fechos “Fechos de Pasto”, terra de uso coletivo, território das Comunidades camponesas no Vale do Rio Arrojado. *IIRPA*, 2012. Disponível em: <https://irpaa.org/publicacoes/artigos/19/os-fechos-fechos-de-pasto-terra-de-uso-Coletivo-territorio-das-comunidades-camponesas-no-vale-do-rio-arrojado>. Acesso em: 22/09/2019.

- BERNARDES, Julia Adão. (1997). As estratégias do capital no complexo sojífero-Brasil". *Anais 6º Encuentro de Geógrafos de América Latina em março de 1997*. Buenos Aires. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/Geografiasocioeconomica/Geografia agricola/382.pdf>. Acesso em: 22 out. 2023.
- BERNARDES, J. A.; MALDONADO, G. Estratégias do capital na fronteira agrícola moderna brasileira e argentina. In: BERNARDES, J. A. et al. (Orgs.) *Globalização do agronegócio e land grabbing: a atuação das megaempresas argentinas no Brasil*. Lamparina: Rio de Janeiro, 2017, p. 57-80.
- BRANDÃO, Paulo Roberto B. A formação territorial do Oeste Baiano: a constituição do “Além São Francisco” (1827-1985). In: *GeoTextos*, vol. 6, n. 1, jul. 2010, pp. 35-50. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/viewFile/4304/3163>. Acesso em: 05/05/2019.
- BRASIL. Senado Federal. Senadores criam a Frente Parlamentar do Matopiba. Brasília: Agência Senado, 12 abr. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/04/12/senadores-criam-a-frente-parlamentar-do-matopiba>. Acesso em: 02 out. 2023.
- BRUNO, Regina. Agronegócio, palavra política. In: BRUNO, Regina (Org.). *Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. p. 113-129.
- BRUNO, Regina. O processo de construção da hegemonia do agronegócio no Brasil: recorrências históricas e habitus de classe. *Trabalho Necessário*, v. 20, n. 41, p. 01-26, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/52566/31501>. Acesso em: 23 abr. 2023.
- CAMPIONE, Daniel. *Para leer a Gramsci*. Buenos Aires: Ediciones del Centro Cultural de la Cooperación Floreal Gorini, 2007.
- CUNHA, Tassio Barreto. Trabalho Escravo e Insanidade no Oeste da Bahia. *Estudos Geográficos*, Rio Claro, 17: 176-192, jan./jun. 2019 (ISSN 1678—698X). Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>
- DELGADO, G. C. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio – mudanças cíclicas em meio século*. Porto Alegre: UFRGS, 2012.
- ELIAS, Denise. Uma radiografia das cidades do agronegócio. *Outras Palavras*, 06 jun. 2022. Disponível em: <https://outraspalavras.net/cidadesemtranse/uma-radiografia-das-cidades-do-agronegocio/>. Acesso em: 11 jan. 2023.
- EMBRAPA, 2017. Delimitação e caracterização territorial do Matopiba. Disponível em: <https://www.embrapa.br/gite/projetos/matopiba/matopiba.html>
- FIAN INTERNATIONAL, REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS e COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Os Custos Ambientais do Negócio de Terras: o caso do Matopiba, Brasil*. FIAN Internacional: Heidelberg, 2018.
- GALVÁN, Íñigo Errejón. La lucha por la hegemonía durante el primer gobierno del MAS en Bolivia (2006-2009): un análisis discursivo. *Tesis (Doctorado en Ciencia Política)*. Universidad Complutense de Madrid. Madrid, 2012
- GOMES, Carla Morsch Porto et al. A formação de um novo mercado global de terras no Brasil: land grabbing e “última fronteira agrícola” - MATOPIBA. 2020. *Tese (Doutorado)* – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 28 ago 2020.
- GRAMSCI, Antonio. *Cuadernos de la cárcel*, seis volúmenes, traducción de la edición crítica del Instituto Gramsci de Roma, a cargo de Valentino Gerratana. México, Ediciones ERA Universidad Autónoma de Puebla, 2000.

- HAESBAERT, Rogério. *Des-Territorialização e Identidade: a Rede Gaúcha no Nordeste*. Niterói: EDUFF, 1997.
- INSTITUTO MÃOS DA TERRA. *Desmatamento autorizado e apropriação da água no Oeste Baiano: a destruição do Cerrado e seus Povos*. IMATERRA: Salvador, dezembro de 2022. Disponível em: <https://www.imaterra.org/file-share/a9474127-8707-4354-9ebc-02fc9848f51b>. Acesso em: 31 jan. 2023.
- LACLAU, Ernesto. Discourse. In: GOODIN, Robert; PETTIT, Philip (eds.). *The Blackwell Companion to Contemporary Political Thought*. London: Blackwell, 1993. p.431-7.
- LACLAU, Ernesto. *Los fundamentos retóricos de la sociedad*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2014.
- LACLAU E.; MOUFFE, C. *Hegemonía y estrategia socialista. Hacia una radicalización de la democracia*. Madrid: Siglo XXI, 1987
- MILANEZ, B. e SANTOS, R.S.P. Neoextrativismo no Brasil: Uma análise da proposta do Novo Marco Legal da Mineração. *Revista Pós Em Ciências Sociais*, 10(19), 2013, pp.119–148.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território e história no Brasil*. 2ª edição. – São Paulo: Annablume, 2005.
- MOUFFE, Chantal. *Agonística. Pensar el mundo políticamente*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2014.
- MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. *A sede do capital*. Correntina: MAB, [n.d].
- OLIVEIRA, Maria Aparecida Brito. Do sertão São Franciscano ao Oeste na Bahia: uma análise da trajetória de políticas do Estado no processo de formação territorial (1889-2014). 2015. *Dissertação (Mestrado em Geografia)* - Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, 2015.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A mundialização da agricultura brasileira*. São Paulo, Iände Editorial, 2016.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter e CHAGAS, Samuel Britto das. *Os Pivôs da Discórdia e a Digna Raiva: uma análise dos conflitos por terra, água e território em Correntina - BA*. Gráfica e Editora Bom Jesus. Bom Jesus da Lapa, 2019.
- SAMPAIO, Mateus. Oeste da Bahia capitalismo, agricultura e expropriação de bens de interesse coletivo. *XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária “Territórios em disputa: os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro”*. Uberlândia-MG, v. 15, 2012. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1125_2.pdf. Acesso em: 26 jul. 2023.
- SANTOS, Clóvis Caribé M. dos. Oeste da Bahia: modernização com (des) articulação econômica e social de uma região. 2007. 239 p. *Tese (doutorado)*. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, Bahia, 2007.
- SASSEN, Saskia. *Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global*. São Paulo: Paz e Terra, 2016.
- SILVA, Lays Helena P. Ambiente e justiça: sobre a utilidade do conceito de racismo ambiental no contexto brasileiro. *E-cadernos CES [Online]*, 17 | 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/1123>. Acesso em: 13 mai. 2023.
- SNOW, David. BENFORD, Robert. Ideology, Frame Resonance and Participant Mobilization. In: Klandermans, B., Kriesi, H. e Tarrow, S. (eds.) *From Structure to Action: Comparing Social Movement Research across Cultures*. Greenwich: JAI Press, 1988.

UEMA, Liza. “O futuro chega sempre antes nos campos do cerrado”: construção da hegemonia e estratégias discursivas do bloco dos baiúchos. Uma análise política do discurso no Oeste da Bahia (2008-2022). 2024. 422 p. *Tese (Doutorado em Ciências Sociais)* - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Seropédica, 2024.

Recebido em: 06-06-2024
Modificado em: 19-08-2024
Aceito em: 26-11-2024

Liza Uema

Doutora em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Pesquisadora no Grupo de Pesquisa Discurso, Redes Sociais e Identidades Sociopolíticas (DISCURSO) do CPDA/UFRRJ. E-mail: uema.liza@gmail.com

Jorge Osvaldo Romano

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, professor Titular da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). E-mail: jorge.romano@uol.com.br